

O reatamento da negociação externa

12 MAI 1987

A nova equipe econômica do governo empenha-se prioritariamente, em restabelecer as negociações com os credores estrangeiros, envidando todos os esforços no sentido de reatar o diálogo com os bancos. Ninguém ignora que há estreita conexão entre a elaboração de um programa econômico interno e a solução do problema da dívida externa. Com efeito, além de ser necessário que nosso governo se defronte com os credores munido de um programa interno coerente e sério, é preciso que, ao elaborá-lo, saiba, de antemão, quais serão as condições externas desse programa. Ora, o conhecimento dessas condições depende da solução que será dada à renegociação da dívida. A elaboração do programa interno tem primazia, mas, desde já, convém ouvir os credores para planejar a recuperação econômica nacional.

O ministro Luiz Carlos Bresser Pereira tenciona demonstrar sua vontade com o FMI recebendo a visita do chefe da missão desse organismo, sr. Thomas Reichmann. Ele tem plena consciência da necessidade de um acordo com o FMI para reabrir as portas ao diálogo com os credores estrangeiros e, especialmente, para que sejam admitidas novas modali-

dades de negociação. O organismo internacional está atravessando uma fase favorável ao Brasil, pois seu novo diretor-gerente, sr. Michel Camdessus, quer levar a bom termo a política de liberalização iniciada pelo sr. Jacques de Larosière, e dispõe de um trunfo para obter êxito: se o Japão der a prometida contribuição ao FMI, este, ficando com mais recursos, sem depender de uma difícil negociação sobre o aumento das cotas, poderá mostrar-se mais flexível, sem precisar do apoio do representante texano do Senado norte-americano, que pouco se interessa pela sorte dos países endividados.

É possível que tarde a ser firmado um acordo com o FMI, mas o mais importante é que se abram perspectivas de acordo. É este um requisito essencial para que tanto os governos como os bancos credores se disponham a discutir novas propostas de solução. Sabe-se que o Clube de Paris espera receber até 30 de junho um relatório do FMI, para oficializar a renegociação do principal da dívida do Brasil no primeiro semestre com os organismos oficiais de crédito. Se isto já é importante, mais importante ainda será um parecer do FMI para que os organismos oficiais de crédito voltem a manter transa-

ções com o Brasil, iniciativa esta que teria consequências muito importantes para a economia brasileira, ameaçada de asfixia por falta de divisas necessárias à importação de bens de capital e insumos básicos. Sem dúvida a renegociação dos compromissos que vencem no segundo semestre só poderá dar-se por via de um acordo *stand by* com o FMI, conforme se estabeleceu em janeiro; no entanto, já não é tão premente como a solução dos dois problemas anteriores.

Mas a consequência principal da aproximação com o FMI seria, a nosso ver, a oportunidade de apresentar o Brasil novas propostas aos bancos credores, que só as aceitariam obtendo o aval do organismo internacional, aval análogo, *mutatis mutandis*, àquele que um banco comercial solicita à esposa do bom cliente.

Já tivemos ocasião de comentar o fato de alguns bancos norte-americanos parecerem dispostos a discutir um novo esquema de renegociação que estabeleceria toda distinção entre empréstimos atinentes a projetos que oferecem retorno seguro (como o de Itaipu), e que poderiam ser consolidados a prazo muito longo, e empréstimos destinados a obras ou empresas, que nunca terão retorno.

Neste caso, poder-se-ia cogitar de fórmulas novas, envolvendo a transformação do empréstimo em capital de risco.

Observa-se também, entretanto, certa evolução de posição na Europa, notadamente em dois países, nos quais os créditos do Brasil já foram totalmente provisionados, a saber, a Suíça e a República Federal da Alemanha. Estes países admitem que as regras da renegociação não sejam as mesmas para todos os bancos, e reconhecem, por exemplo, que as instituições financeiras norte-americanas, por não obedecerem a legislação idêntica, não podem oferecer as mesmas vantagens que um banco suíço. E o caso, por exemplo, da capitalização de juros.

O que importa, para os bancos credores, é saber o que pode o Brasil oferecer, e ter a certeza de que os compromissos assumidos serão respostados. Em vista disso, precisam do aval do FMI. Não há dúvida que, se fossem concertados, nos próximos meses, acordos com o Clube de Paris e com os bancos credores, seria mais fácil executar no Brasil uma política de austeridade, que não é apenas exigência do organismo internacional, mas da situação mesma em que se encontra o País.

SAO PAULO
12 ABR DE 1987